



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE



## DOCUMENTO BASE NACIONAL

### PROPOSTA DE ALTERAÇÃO – FÓRUM ESTADUAL DE EJA DO TOCANTINS

<b>Destaque Documento Base Parágrafo</b>	<b>Proposição</b>	<b>Justificativa</b>
1. Diante do quadro diagnóstico que se apresenta da educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil, muitos desafios devem ser enfrentados, o que exige tratar de aspectos conceituais que sustentam modos de formular e compreender este diagnóstico e que, mais do que isto, orientam políticas públicas de Estado.	Inclusão: Diversificação de ofertas nos turnos noturnos e diurnos da EJA para atender as diversidades dos sujeitos;	
2. Primeiramente cabe abordar a concepção ampliada de educação de jovens e adultos, que entende educação como direito de aprender, de ampliar conhecimentos ao longo da vida, e não apenas de se escolarizar. Em outras palavras, os adultos passam a maior parte da sua vida nesta condição, e muitas são certamente as situações de aprendizado que vivenciam em seus percursos formativos.	Inclusão:... Educação gratuita como direito universal de aprender...	
4. EJA é espaço de tensão e aprendizado em diferentes ambientes de vivências, que contribuem para a formação de jovens e de adultos como sujeitos da história. Negros, brancos, indígenas, amarelos, mestiços; mulheres, homens; jovens, adultos, idosos; quilombolas, pantaneiros, ribeirinhos, pescadores, agricultores; trabalhadores ou desempregados — de diferentes classes sociais; origem urbana ou rural; vivendo em metrópole, cidade pequena ou campo; livre ou privado de liberdade por estar em conflito com a lei; pessoas com necessidades educacionais especiais – todas elas instituem distintas formas de ser brasileiro, que precisam incidir no planejamento e execução de diferentes propostas e encaminhamentos para a EJA.	Exclusão dos sujeitos da EJA, conflitos com a Lei (Legislação muito rigorosa);  Inclusão dos agricultores familiares oriundos da reforma agrária e dos aposentados por invalidez (inativos);  Inclusão: Elaboração de Proposta Curricular para atender as especificidades dos sujeitos da EJA – educandos, quilombolas, indígenas e etc.:	
6. Pensar sujeitos da EJA é trabalhar com e na <i>diversidade</i> . A diversidade se constitui das diferenças que distinguem os sujeitos uns dos outros – mulheres, homens, crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos,	Ser, Viver (relações com o trabalho) e o pensar.	

<p>         pessoas com necessidades especiais, indígenas, afrodescendentes, descendentes de portugueses e de outros europeus, de asiáticos, entre outros. A <i>diversidade</i> que constitui a sociedade brasileira abrange jeitos de ser, viver, pensar — que se enfrentam. Entre tensões, entre modos distintos de construir identidades sociais e étnico-raciais e cidadania, os sujeitos da <i>diversidade</i> tentam dialogar entre si, ou pelo menos buscam negociar, a partir de suas diferenças, propostas políticas. Propostas que incluam a todos nas suas especificidades sem, contudo, comprometer a coesão nacional, tampouco o direito garantido pela Constituição de ser diferente.       </p>		
<p>         8. A EJA, na medida em que afirma a igualdade de todos como sujeitos de direitos quebra a lógica de que uns valem mais do que outros, enfrentando as <i>desigualdades</i> como desafios a serem superados pela sociedade brasileira. Potencializar a <i>diversidade</i> na educação pode contribuir para a transformação social e para a formulação de propostas educativas que ponham esses sujeitos de <i>energia, imaginação e criatividade</i> no centro, com seus desejos, necessidades e expectativas de educação — um dos meios imprescindíveis à humanização não só de suas vidas, como de toda a sociedade brasileira.       </p>	<p>         Potencializar a diversidade e rever o ENCCEJA no que se refere às especificidades do Estado.       </p>	
<p>         10. A produção de uma política pública de Estado para a EJA, centrada em sujeitos jovens e adultos com a expressão de toda a <i>diversidade</i> que constitui a sociedade brasileira é responsabilidade de governos e da sociedade com todos os seus cidadãos, de maneira a superar as formas veladas, sutis e explícitas de exclusão de que a <i>desigualdade</i> se vale.       </p>	<p>         Concurso específico para professores e coordenadores da EJA com capacitação específica para os mesmos, flexibilizando carga horária para atender as demandas dos educandos; garantindo a formação continuada de EJA para os professores dessa modalidade.       </p> <p>         Responsabilização do Governo para diversidade da política pública de Estado para a EJA e a co-participação da sociedade;       </p>	
<p>         13. Idosos começam a representar um número bastante significativo na população brasileira e tenderão a representar cada dia mais, face ao aumento da expectativa de vida (vive-se mais, portanto) e ao envelhecimento considerável de um significativo contingente de população. Em decorrência dessas constatações, o Brasil hoje começa a compreender a importância de se preocupar com a qualidade de vida e com os direitos dos brasileiros com 60 anos e mais, haja vista a aprovação do Estatuto do Idoso. Por um lado, a existência de idosos que não se escolarizaram, ou nem se alfabetizaram, no país, ainda responde por grande parte do       </p>	<p>         O mapeamento não conseguiu dá retorno sobre a questão do analfabetismo no Brasil , de onde viemos? e para onde fomos? Onde está o aluno?       </p> <p>         Estratégias nas matrículas dos educandos.       </p> <p>         Políticas públicas que garantam o acesso e permanência dos alunos egressos de programas de alfabetização(ABC da cidadania) na rede pública de ensino.       </p>	

<p>contingente não-alfabetizado. Por outro, a concepção do aprender por toda a vida exige repensar políticas que valorizem saberes da experiência dos que, não mais vinculados ao trabalho, podem continuar contribuindo para a produção cultural, material e imaterial da nação brasileira, com dignidade e autonomia, mudando-se a tendência histórica de relegá-los ao ócio e a atividades pouco criativas e que não possibilitam assumir compromissos sociais com o legado de uma vida, na transmissão da herança cultural.</p>		
<p>18. A sociedade brasileira ainda não reparou iniquidades e desigualdades provocadas pela lógica dos latifúndios, retomada pela apropriação, por parte do agronegócio, da exploração da terra. O uso e posse da terra têm sido objeto de lutas históricas de diferentes movimentos dos povos do campo. Defendem um projeto de desenvolvimento do campo em outro projeto de nação. As lutas pelo direito à educação se articulam às lutas pela terra e pela preservação da cultura camponesa, afirmadas nas conferências nacionais e nas diretrizes da educação do campo. Não mais a educação <i>no</i> campo, mas a educação <i>do</i> campo, vista como espaço de vida, culturas, saberes e identidades.</p>	<p>Nesse sentido os povos do campo defendem o projeto de desenvolvimento do campo em outro projeto da nação.</p>	
<p>19. No que concerne aos direitos das pessoas com necessidades educativas especiais, à defesa da educação inclusiva e ao direito à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), é reconhecida a presença significativa dessas pessoas na EJA, que desafiam políticas públicas educacionais quanto ao cumprimento do respeito às suas especificidades.</p>	<p>Desenvolver políticas que garantam o acesso e a permanência dos educandos na escola.</p> <p>Assegurar estruturas física e de pessoal para garantir os direitos dos educandos portadores de necessidades especiais, conforme previsto em Lei.</p>	
<p>23. A EJA, historicamente, tem-se caracterizado por tentar articular processos de aprendizagem que ocorrem na escola, segundo determinadas regras e lógicas do que é saber e conhecer, com processos que acontecem com homens e mulheres por toda a vida — em todos os espaços sociais, na família, na convivência humana, no mundo do trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, em entidades religiosas, na rua, na cidade, no campo, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, nas manifestações culturais, nos ambientes virtuais multimídia etc., cotidianamente, e o tempo todo.</p> <p>24. A EJA vem tentando perceber esses processos tão presentes no cotidiano, resultantes de estratégias didáticas que possibilitam esses aprendizados. São frutos da experiência e da ação inteligente de sujeitos no mundo, segundo a ordem de necessidade em relação ao que se quer – ou se precisa – aprender.</p>	<p>Unificar os dois parágrafos.</p>	<p>Falam de assuntos idênticos. O texto do parágrafo 24 complementar o argumento do parágrafo 23.</p>

<p>25. Outros processos são marcados pela intenção de conhecer e educar em determinados campos, transformando modos de ver e agir em certas situações como, por exemplo, de atitudes emancipadoras das mulheres; de posturas ambientais, que alteram significativamente a lógica de riqueza e da exploração infinita da natureza; de assunção de direitos humanos, que exigem tratamento de iguais, para todos os homens e mulheres, <b>deixando ressurgir</b> a <i>diversidade</i> de que são constituídos; de reconhecimento do lugar de trabalhador para além da submissão ao mercado, pensando-se produtor da vida, pela ação do <i>trabalho</i> etc.</p>	<p>Nova redação:  ...para todos os homens e mulheres, deixando legitimando a <i>diversidade</i> de que são constituídos;</p> <p>Suprimir a expressão:  “tratamento de iguais”.</p>	<p>A idéia do ressurgir, pressupõe que em algum momento ela desaparece e que tem que surgir novamente a partir de uma ação.</p> <p>A expressão tratamento de iguais sugere negação ou desconsideração das diferenças. Nada mais excludente do que trata desiguais como iguais.</p>
<p>26. As estratégias didático-pedagógicas da EJA também tentam superar outros processos ainda marcados pela organização social da instituição <i>escola</i>, hierarquizada como um sistema verticalizado, com saberes e conhecimentos tomados como “conteúdos”, sem os quais o sujeito não adquire a legitimidade pelo que sabe.</p>	<p>Nova redação:  “que dificultam a legitimação dos saberes historicamente construídos pelo sujeito, sem os quais o sujeito não adquire a legitimidade pelo que sabe.</p>	<p>Os sujeitos não “adquirem”, mas sim conquistam seu espaço pelo reconhecimento da luta constante entre desiguais.</p>
<p>31. Do ponto de vista do que faz a escola — e do que sempre fez —, embora as expectativas sejam quase as mesmas por parte de jovens e adultos, cabe à EJA repensar o papel que ela deve desempenhar para mobilizar esses sujeitos à retomada de seu percurso educativo. Se muitos deles têm histórias de fracasso, de não-aprendizados, de frustrações, é possível repetir modelos e manter fórmulas de lidar com a infância na relação entre sujeitos jovens e adultos? Se ler e escrever são indispensáveis às sociedades em que a cultura escrita regula a vida social, como atuar para que jovens e adultos aprendam e se apropriem dessas técnicas? Ao longo da vida, jovens e adultos aprenderam e, portanto, detêm saberes que não podem ser ignorados. De que forma trazer para o currículo estes saberes e fazê-los dialogar produtivamente na escola? Em que tempo, com que organização? Como saber o que sabem jovens e adultos? A avaliação processual pode ajudar? De que forma? O que mais importa: aprender ou certificar?</p>	<p>Nova redação:  ... Se muitos deles têm histórias de fracasso, não-aprendizados..</p>	<p>O termo não-aprendizagens remete para a ação escolarizada, sendo o nosso educando de meios mais diversos: formais e não-formais.</p>
<p>34. Um currículo para a EJA não pode ser previamente definido, se não passar pela mediação com os estudantes e seus saberes, e com a prática de seus professores, o que vai além do regulamentado, do consagrado, do sistematizado em referências do ensino fundamental e do ensino médio, para reconhecer e legitimar currículos praticados. Reconfigurar currículos é tarefa de diálogo entre especialistas, professores e até mesmo de estudantes. Não é desafio individual, mas coletivo, de gestão democrática, que exige pensar mais do que uma intervenção específica: exige projeto político-pedagógico para a escola de EJA como comunidade de trabalho/aprendizagem em rede, em que a <i>diversidade</i> da sociedade esteja presente.</p>	<p>Supressão da expressão:  “até mesmo” da frase: ...currículos é tarefa de diálogo entre especialistas, professores e (até mesmo) de estudantes...</p>	<p>Na perspectiva de uma educação freireana, o educando participa de todo o processo.</p>

<p>36. Povos do campo defendem programas de formação de educadores e de professores para a especificidade de sua educação. Defendem, assim, projetos de EJA para a <i>diversidade</i> dos povos do campo.</p>	<p>Inclusão: Defesa de programas de formação de educadores que atuam com diferentes projetos de EJA.</p>	
<p>48. Um elemento fundamental no reconhecimento do valor e do significado do aspecto intersetorial da EJA é o diálogo entre órgãos de governo, responsáveis pela implementação de políticas públicas e a sociedade civil demandante dessas políticas. Especial destaque deve ser dado aos movimentos sociais que atuam na EJA, interlocutores indispensáveis no processo de construção de políticas voltadas a jovens e adultos. Quer sejam fóruns de EJA ou demais movimentos ligados à luta pela terra, à luta sindical, aos direitos de mulheres, de afrodescendentes e de indígenas, todos têm exercido papel inquestionável na proposição de diálogo e na construção de alternativas que resultem em políticas públicas conseqüentes para jovens e adultos. Por esta razão, o papel desempenhado pela SECAD/MEC na articulação de políticas em diálogo com a sociedade tem sido fundamental, na experiência democrática de gestão.</p>	<p>Acrescentar: pessoas com necessidades especiais.</p>	<p>Deve ser pensada as adequações necessária a este publico no âmbito dessa modalidade de ensino.</p>
<p>62. No que tange aos recursos humanos, ainda há um grande desafio no Brasil em relação à formação de professores e gestores que atuam na EJA. Apesar de todo o esforço dos sistemas na formação continuada de professores de redes públicas, é tímido o resultado desse investimento. Quanto à formação inicial em nível superior, uma grande lacuna existe nas licenciaturas quanto ao reconhecimento da EJA como <i>locus</i> de formação específica. Mesmo na formação de pedagogos, considerando o elevado número de cursos superiores existentes no país (mais de mil e quinhentos), são poucos aqueles que, sistematicamente, assumem a formação de educadores de jovens e adultos (menos de 2%). É de reconhecer as iniciativas pontuais e crescentes de vários desses cursos ao incluir disciplinas que abordam a EJA e/ou ao criar núcleos que dinamizam a prática e a formação específica desse educador.</p>	<p>Incluir: Ao final da 4ª frase –embora as DCN do Curso de Pedagogia regulamentem que a formação do pedagogo contemple a docência, gestão e a pesquisa, não uma formação especializada em uma determinada área da educação.</p>	